



**AGENDA EM TRAMITAÇÃO NA COMISSÃO
DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA
IDOSA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM
8 DE MARÇO DE 2017**

Fábio de Barros Correia Gomes
Consultor Legislativo da Área XVI
Saúde Pública e Sanitarismo

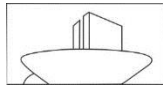
NOTA TÉCNICA

MARÇO/2017

© 2017 Câmara dos Deputados.

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados(as) o(a) autor(a). São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados.

Este trabalho é de inteira responsabilidade de seu(sua) autor(a), não representando necessariamente a opinião da Consultoria Legislativa, caracterizando-se, nos termos do art. 13, parágrafo único da Resolução nº 48, de 1993, como produção de cunho pessoal de consultor(a).



SUMÁRIO

1 Introdução	4
2 Temas em tramitação na CIDOSO.....	5
2.1 Projetos de Lei Ordinária (PL)	5
3 Considerações e sugestões	7
Apêndice A - Metodologia	9

1 INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta os temas de proposições em tramitação na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO) da Câmara dos Deputados em 8 de março de 2017, em uma fase anterior ao início dos trabalhos da nova sessão legislativa.

Consiste no primeiro estudo dedicado ao conhecimento da agenda em tramitação nessa comissão, utilizando metodologia que vem sendo aplicada à agenda que tramita na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF),¹ de modo a oferecer informações relevantes aos responsáveis pela organização dos trabalhos da CIDOSO, tanto no que se refere à produção de leis quanto à promoção de debates e de ações de fiscalização.

No caso das proposições da saúde, o estudo apresenta um maior detalhamento na forma de temas e subtemas, uma vez que se dispõe de tipologia já desenvolvida para esse tipo de política pública. Também foi buscada a identificação de proposições de destaque na saúde, segundo conjunto de critérios selecionados, apresentados no apêndice A.

A próxima seção apresenta tabelas e considerações sobre os achados quanto a temas associados aos tipos de proposição legislativa pesquisados: o projeto de lei complementar (PLP), o projeto de lei ordinária (PL), a proposta de fiscalização e controle (PFC) e o projeto de decreto legislativo (PDC). Na terceira seção, são apresentadas considerações sobre os dados coletados e sugestões decorrentes da análise. O apêndice A apresenta a metodologia adotada.

¹ GOMES, F.B.C. Temas de proposições relacionadas à saúde em tramitação na CSSF. Estudos e Notas Técnicas. Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Brasília, 2016. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema19/2016_11163_temas-de-proposicoes-relacionadas-a-saude-em-tramitacao-na-cssf_fabio-gomes.
_____. Agenda em tramitação na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados em março de 2016. Estudos e Notas Técnicas. Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Brasília, 2016. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema19/2016_4082_agenda-em-tramitacao-na-cssf-marco-2016_fabio-de-barros.
_____. Agenda de saúde em tramitação na Câmara dos Deputados em janeiro de 2016. Estudos e Notas Técnicas. Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Brasília, 2016c. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema19/2016_392_agenda-de-saude-em-tramitacao-na-cd_fabio-barros-correia-gomes.

2 TEMAS EM TRAMITAÇÃO NA CIDOSO

Vale destacar que não foram encontrados na CIDOSO os tipos de proposição associados à fiscalização (PFC, PDC). Quanto aos tipos relacionados à produção de normas legais, não foram detectados PLPs, apenas PLs.

2.1 Projetos de Lei Ordinária (PLs)

Em 8/3/17 havia 110 PLs tramitando na CIDOSO. Foram apresentados por noventa deputados e três senadores – mais frequentes: Belinati, Leandre e Moraes -, de vinte partidos - mais frequentes: PSDB, PT, PDT - e de 23 UF - mais frequentes: SP, RJ, PR. Há PLs apresentados desde 2007, sendo que 38,2%, a partir de 2015.

Os PLs estavam distribuídos nas áreas temáticas indicadas na tabela 1. As áreas mais frequentes foram as de direitos humanos, minorias e cidadania (37,3%) e de tributação (35,5%), seguindo-se a de previdência e assistência social (20,9%) e saúde (19,1%).

Merece menção o fato de que a quase totalidade dos PLs sobre tributação são apensados e tratam do tema da correção da tabela do imposto de renda.

No total, 19,1% dos PLs eram relacionados à saúde, sendo que 81% destes compartilhavam temas de três outras áreas. No tema de atenção à saúde destacou-se o subtema de assistência farmacêutica e, no tema de direitos e responsabilidades, destacou-se o de direitos dos cuidadores (tabela 2). No tema de gestão, recursos e pesquisa, destacou-se a gestão administrativa (tabela 2). Não havia PL no tema de prevenção, promoção e controle.

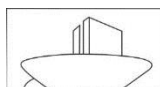


Tabela 1. Distribuição da frequência de áreas temáticas de PL em tramitação na CIDOSO em 8/3/17.

Áreas temáticas	Frequência
Desenvolvimento Urbano e Trânsito	2
Direitos Humanos, Minorias e Cidadania	29
Previdência e Assistência Social	19
Saúde	4
Saúde & Direito e Defesa do Consumidor	1
Saúde & Direitos Humanos, Minorias e Cidadania	12
Saúde & Previdência e Assistência Social	4
Tributação	39
Total	110

Tabela 2. Temas e subtemas de 110 projetos de lei ordinária (PLs) relacionados à saúde em tramitação na CIDOSO em 8/3/17.

Temas e subtemas de saúde		Frequência
Atenção à Saúde	Programa / projeto / ação	1
	Destaque programa – assistência farmacêutica	7
	Assistência privada	1
	Subtotal	9
Direitos e Responsabilidades	Direito dos idosos	1
	Direito do cuidador	6
	Subtotal	7
Gestão, Recursos e Pesquisa	Gestão administrativa	2
	Destaque gestão – direitos dos usuários	1
	Destaque RH – formação e qualificação	1
	Destaque RH – regulamentação profissional	1
	Subtotal	5
Total		110

Os critérios indicados no apêndice A (necessidade, oportunidade e contribuição à estruturação da política) foram aplicados aos 21 PLs da saúde e foram considerados presentes em quatro PLs que abordam direitos dos cuidadores (PL 1.402/2015; PL 1.764/2015; PL 2.153/2015 e PL 4.117/2015).

3 CONSIDERAÇÕES E SUGESTÕES

O fato de a CIDOSO ser uma comissão de instalação recente e possuir área de competência mais específica pode influir no menor número de proposições em tramitação que em outras, como a CSSF. Por exemplo, no início de 2017, tramitavam 1.613 PLs na CSSF e 110 na CIDOSO.

As mesmas explicações poderiam justificar a ausência de proposições de cunho fiscalizador (PFC e PDC) e de PLPs na CIDOSO.

Contudo, observa-se que a maioria dos PLs tramitando na CIDOSO foi apresentada antes da atual legislatura. Sugere-se que a comissão organize seus trabalhos de modo a não prolongar a tramitação das proposições. Desse modo, evita-se o risco de arquivamento das matérias ao final da legislatura, pois esse é o destino de proposições, quando não ocorre a deliberação por todas as comissões a que forem submetidas, como determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Quanto às áreas temáticas dos PLs em tramitação na CIDOSO, observa-se que a saúde não é o tema mais frequente e há outras áreas que demandam tipos diferenciados de assessoramento, principalmente na área do Direito.

Considerando que o volume de PL não é elevado e que poucos foram os projetos que cumpriram todos os critérios de destaque, a adoção de pautas temáticas seria um meio de dar vazão às demandas colocadas para a deliberação da CIDOSO. Tais pautas podem ampliar a transparência das deliberações, facilitar o acompanhamento pelos setores da sociedade interessados e, até mesmo, pela mídia. Por exemplo, a abordagem do frequente

tema da revisão da tabela de imposto de renda daria solução a um terço das proposições em tramitação na comissão.

No caso da saúde, três sessões temáticas seriam suficientes para deliberações em bloco sobre: a) “atenção à saúde”, b) “direitos e responsabilidades” e c) “gestão”.

Esses blocos temáticos, com inserção da “prevenção”, também poderiam orientar os temas de audiências públicas no que se refere à saúde.

Quanto às demais áreas temáticas (além da saúde), poderiam ser identificados os temas relevantes (com auxílio de setores específicos da Consultoria Legislativa) para composição de novas pautas temáticas. Assim, quando determinado tema fosse abordado, a respectiva área da Consultoria Legislativa prestaria o devido assessoramento.

Sugere-se que haja maior regularidade na realização dos eventos na comissão. Por exemplo, em 2016, foram agendados 34 eventos na CIDOSO, sendo que 18 foram concluídos, 9 foram encerrados a termo (falta de quórum) e 7 foram cancelados.

Em conclusão, do mesmo modo como observado em estudo anterior, envolvendo a CSSF, considera-se que a metodologia utilizada facilita a identificação do conteúdo de proposições de todos os temas em tramitação na CIDOSO e a organização das pautas de deliberação, fortalecendo a sugestão da implantação de monitoramento sistemático das tramitações de proposições, segundo conteúdo de políticas, em comissões permanentes da Casa.

APÊNDICE A - METODOLOGIA

Os dados foram coletados por meio do Sistema de Informações Legislativas da Câmara dos Deputados (Sileg), em sua versão para a Intranet (que dispõe de mais variáveis que a versão para a Internet, inclusive uma sobre os macrotemas associados à proposição).

Foram obtidos dados sobre todas as proposições que tramitavam na CIDOSO da Câmara dos Deputados em 8 de março de 2017, as quais podem modificar leis, incluindo: o projeto de lei complementar (PLP) e o projeto de lei ordinária (PL). Também foram incluídos tipos de proposição relevantes para a função fiscalizatória da Câmara na área da saúde: a Proposta de Fiscalização e Controle (PFC) e o Projeto de Decreto Legislativo (PDC).

O banco de dados do estudo possui informações sobre: tipo e identificação da proposição; autoria da proposição; data de apresentação; comissões para as quais foi despachada; regime (por exemplo, urgência, especial) e tipo de apreciação (conclusiva pelas comissões ou pelo plenário); situação e local atual de tramitação.

A classificação dos temas adotou aqueles já registrados pelo Centro de Documentação e Informação (CEDI) da Câmara dos Deputados. Adicionalmente, as proposições relacionadas à saúde foram identificadas conforme critérios da tipologia desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Legislativo e Política de Saúde (GPE-Saúde).²

A classificação do GPE-Saúde identificou 21 PLs relacionados à saúde, enquanto que a aplicada pelo CEDI detectou onze (em sete casos houve classificação múltipla, incluindo o tema da saúde).

Os critérios usados para destacar os PLs foram os seguintes: a) necessidade (se a ação demanda lei ou poderia ser adotada por norma infralegal, pois há temas sobre os quais já existem leis que permitem a

² A versão atual da classificação consiste numa revisão da publicada por CARVALHO, C V, GOMES, F B C, LUCHESE, e G, TEIXEIRA, L S. Manual para classificação de proposições legislativas relacionadas à saúde. Brasília, Biblioteca digital da Câmara dos Deputados, 2011. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/8330/manual_GPE_saude.pdf?sequence=3.

abordagem por decretos ou portarias do Executivo), b) oportunidade e c) contribuição à estruturação da política (se estruturante ou complementar).